

O *copyright* em políticas internacionais de gestão de dados de pesquisa

Eduardo Graziosi Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, Email: eduardograziosi@marilia.unesp.br

Daniel Martínez-Ávila

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, Email: dmartinezavila@marilia.unesp.br

Resumo

A criação de novos serviços nas bibliotecas universitárias tem sido realizada para atender demandas antes não existentes. Dentre elas, destaca-se a gestão de dados de pesquisa, que envolve a coleta, organização, tratamento e disponibilização de dados de pesquisa. No que se refere à disponibilização, há que se ter em mente os usos possíveis para os dados. Para tanto, deve estar prevista uma política de gestão dos dados que inclua, dentre outros elementos, o *copyright*. Assim, levantou-se uma amostra mundial a partir de um *ranking* universitário das cinco primeiras instituições classificadas para identificar se suas bibliotecas oferecem o serviço de gestão de dados de pesquisa e, em caso positivo, se possuem ou não a política desse serviço disponível ao público e, finalmente, se ela aborda ou não o *copyright*. Constatou-se a menção ao *copyright* nas políticas de gestão de dados em universidades da África, da Europa e da Oceania, mas não dos Estados Unidos; e no Brasil uma única universidade apresenta informações e iniciativas sobre gestão de dados científicos.

Palavras-chave: *Copyright*. Dados de pesquisa. Política de gestão

1 DOS DADOS DE PESQUISA ÀS POLÍTICAS DE GESTÃO: EM FOCO O *COPYRIGHT*

As práticas de trabalho da pesquisa científica têm sido baseadas, cada vez mais, nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o que tem motivado a reavaliação da infraestrutura de informação científica necessária às instituições de pesquisa, universidades e agências de fomento a fim de propiciar um ambiente em que elas possam ser desenvolvidas, executadas e reutilizadas. Para tanto, essas instituições têm envidado esforços no desenvolvimento de tal infraestrutura, bem como de serviços de apoio à sua execução.

Os produtos gerados pelas pesquisas costumavam ser apresentados apenas na forma de publicações científicas e objetos protegidos pelas legislações de propriedade intelectual a eles relacionadas, tais como patentes, marcas, desenhos industriais, programas de computador, topografia de circuitos integrados e cultivares. No entanto, à medida em que as TICs otimizaram o processo de pesquisa, vislumbraram-se outros recursos com potencial de ser

disponibilizados e utilizados como produtos resultantes da pesquisa científica. Nesse contexto, destacam-se os dados de pesquisa, isto é, registros factuais (números, textos, imagens e sons) utilizados como fontes primárias e comumente aceitos para a validação de uma pesquisa científica (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2007). Tais dados eram considerados como subprodutos pela ciência, e por isso não recebiam um tratamento adequado que possibilitasse sua reutilização posterior. Porém, à medida em que a consciência sobre o tratamento, preservação e gestão dos dados aumentou, percebeu-se que aqueles dados poderiam constituir-se em fonte de informação para a pesquisa, motivando a criação de repositórios de dados, que atualmente são um dos elementos de infraestrutura de informação científica. Para tanto, a gestão de dados de pesquisa apresenta-se como um elemento fundamental para organizar o ciclo de vida dos dados, e assim permitir seu compartilhamento e reutilização pela comunidade científica (SAYÃO; SALES, 2015). Ressalta-se que esse elemento também está intrinsecamente relacionado às tecnologias que possibilitam a formulação de estruturas e semânticas adequadas dos dados em repositórios e bibliotecas digitais; podendo ser gerais, a exemplo do Dublin Core¹, ou especializados, como o Genome Metadata².

Ressalta-se que a disponibilização dos dados de pesquisa tem sido cada vez mais demandada por agências de fomento à pesquisa quando da submissão de projetos científicos. No exterior, tem-se como exemplo a *National Science Foundation*³, a *National Institutes of Health*⁴ e a *National Endowment for the Humanities*⁵ nos Estados Unidos, as agências britânicas do *Research Councils UK (RCUK)*⁶ e algumas instituições privadas que solicitam a apresentação de um plano de gestão de dados que inclua, dentre outras informações, a forma de disponibilização dos dados. No contexto europeu, destaca-se o programa *Horizon 2020*⁷, destinado a otimizar os investimentos na União Europeia em pesquisa e inovação por meio da ampliação do acesso e divulgação mais rápida dos resultados de pesquisa por ele financiados.

Já no Brasil, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) também solicita, para determinadas modalidades e chamadas, o plano de gestão de dados como parte da documentação obrigatória de uma proposta submetida à agência. O plano

1 <http://dublincore.org/>

2 <http://enews.patricbrc.org/faqs/genome-metadata-faqs/>

3 <https://www.nsf.gov/bfa/dias/policy/dmp.jsp>

4 https://grants.nih.gov/grants/policy/data_sharing/data_sharing_guidance.htm

5 https://www.neh.gov/files/grants/data_management_plans_2017.pdf

6 <http://www.dcc.ac.uk/resources/data-management-plans>

7 http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-data-mgt_en.pdf

solicitado pela FAPESP deve conter a descrição dos dados e metadados produzidos; quando necessário, informações relacionadas às restrições legais ou éticas para compartilhamento, política de privacidade, confidencialidade, segurança e propriedade intelectual; política de preservação e compartilhamento, período de carência e período de preservação e disponibilização; e descrição de mecanismos, formatos e padrões para armazenamento (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, [201-?]).

Além da crescente atenção dada à gestão dos dados de pesquisa pelas agências de fomento, as universidades também têm se voltado para esse tema à medida em que ele passou a fazer parte dessas e de outras instituições de pesquisa. Nas universidades, a biblioteca vem sendo apontada como um dos órgãos universitários voltados para a prestação desse serviço (ADAMS BECKER, 2017; CHABOT et al., 2016). Além de oferecer serviços como assistência na elaboração de políticas de gestão de dados e criação de metadados padronizados para repositórios de dados, as bibliotecas universitárias possuem na gestão de dados de pesquisa um nicho de atuação que atualmente não é coberto por outros órgãos universitários, ou então é coberto parcialmente ou de maneira insatisfatória, já que elas possuem o conhecimento necessário para o tratamento dos dados em todas as etapas de seu ciclo de vida (KOLTAY, 2017), quais sejam: planejar (seleção dos dados), coletar (manual ou automaticamente), assegurar (controle de qualidade), descrever (descrição com metadados apropriados), preservar (envio para um arquivo apropriado), descobrir (acesso junto com os metadados), integrar (formação de um conjunto homogêneo) e analisar (submissão à análise) (SAYÃO; SALES, 2015). Conhecer e lidar com as restrições do *copyright* em relação aos dados de pesquisa é um aspecto que também vem sendo discutido nos contextos acadêmico e bibliotecário (DILLEN; NEYT, 2016; COX; VERBAAN, 2016; PATEL, 2016).

Devido à importância dos dados na pesquisa científica, considera-se que a plena execução de sua gestão deve ser apoiada pela política de gestão de dados, ou seja, pelo documento que define as diretrizes e procedimentos a serem realizados em cada etapa do ciclo de vida dos dados. Dentre os assuntos abordados pela política, em relação aos objetivos da presente pesquisa, destacam-se os aspectos relacionados à propriedade intelectual dos dados, mencionados tanto pela FAPESP, conforme anteriormente apresentado, como também aparece, ainda que implicitamente, em diversas fases do ciclo de vida dos dados, tais como na fase “assegurar”, visando a qualidade a partir de sua obtenção de forma legal; “descrever”, pois um dos metadados pode indicar os direitos associados aos dados; “descobrir”, já que espera-se a indicação dos usos dos dados permitidos aos usuários; e “integrar”, ação que pode

ou não ser realizada segundo os direitos relacionados aos dados.

Diante da facilidade com que os dados podem ser acessados por meio das TICs, definiu-se como objetivo desta pesquisa compreender como as políticas de gestão de dados de pesquisa de universidades abordam o *copyright*. Para tanto, a metodologia adotada constou de levantamento manual das cinco primeiras universidades classificadas no *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), edição 2017⁸, nos seguintes países e continentes: Estados Unidos da América (EUA), Europa, África, Ásia, Oceania e Brasil. Os EUA e o Brasil foram analisados separadamente pelo fato de o primeiro ser referência na ciência mundial e o segundo necessitar de uma verificação de como as universidades brasileiras estão atuando no contexto da gestão de dados de pesquisa. A partir da seleção das trinta universidades, buscou-se pelos *sites* das respectivas bibliotecas e/ou dos sistemas de bibliotecas, quando coube, para verificar a existência ou não do serviço de gestão de dados de pesquisa. Dentre aquelas que o possuem, verificou-se em seguida a existência da política de gestão de dados de pesquisa e, quando existente, se mencionava ou não o *copyright*.

Os dados foram sistematizados em uma planilha do *software Microsoft Excel* com as seguintes informações: posição no *ranking* da universidade no continente ou país; nome da universidade em inglês; existência ou não do serviço de gestão de dados de pesquisa; *site* do serviço; existência ou não de política de gestão de dados de pesquisa; menção ou não ao *copyright* na política. Para enfatizar o objeto de estudo, optou-se por apresentar na seção seguinte o país ou continente de origem da universidade, o nome da instituição em inglês, a existência ou não da política de gestão de dados de pesquisa e a menção ou não ao *copyright*. Após a consolidação dos resultados, os mesmos foram descritos e verificou-se a abordagem do *copyright* nas políticas.

2 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta o levantamento realizado nos *sites* das bibliotecas e/ou sistemas de bibliotecas universitárias, para a verificação da existência do serviço de gestão de dados de pesquisa e, quando existente, se possuía ou não uma política e, finalmente, se a mesma mencionava o *copyright*.

⁸ <http://shanghairanking.com/ARWU2017.html>

Quadro 1 – Verificação da existência ou não de política de gestão de dados de pesquisa e referência ao *copyright*

País/ Continente	Instituição	Possui política de gestão de dados de pesquisa?	A política aborda o <i>copyright</i> ?
EUA	<i>Harvard University</i>	Não	
EUA	<i>Stanford University</i>	Não	
EUA	<i>Massachusetts Institute of Technology (MIT)</i>	Não	
EUA	<i>University of California, Berkeley</i>	Não	
EUA	<i>Princeton University</i>	Não	
Europa	<i>University of Cambridge</i>	Sim - https://www.data.cam.ac.uk/university-policy	Sim
Europa	<i>University of Oxford</i>	Sim - http://researchdata.ox.ac.uk/university-of-oxford-policy-on-the-management-of-research-data-and-records/	Não
Europa	<i>University College London</i>	Sim - http://www.ucl.ac.uk/isd/services/research-it/documents/uclresearchdatapolicy.pdf	Não
Europa	<i>Swiss Federal Institute of Technology Zurich</i>	Não	
Europa	<i>Imperial College London</i>	Sim - https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/research-and-innovation/research-office/public/Imperial-College-RDM-Policy.pdf	Sim
Ásia	<i>Kyoto University</i>	Não	
Ásia	<i>Tsinghua University</i>	Não	
Ásia	<i>Peking University</i>	Não	
Ásia	<i>Nagoya University</i>	Não	
Ásia	<i>National University of Singapore</i>	Sim - https://share.nus.edu.sg/corporate/policies/research/Research%20Data%20Management%20Policy%20Rev3.doc	A página não se encontra mais acessível.
Oceania	<i>The University of Melbourne</i>	Sim - http://policy.unimelb.edu.au/MPF1242#section-3	Sim
Oceania	<i>The University of Queensland</i>	Sim - http://ppl.app.uq.edu.au/content/4.20.06-research-data-management	Não
Oceania	<i>Monash University</i>	Sim - https://www.monash.edu/data/assets/pdf_file/0011/797339/Research-Data-Management-Policy.pdf	Sim
Oceania	<i>University of Sydney</i>	Sim -	Sim

		http://sydney.edu.au/policies/showdoc.aspx?recnum=PDOCC2013/337&RendNum=0	
Oceania	<i>The University of Western Australia</i>	Não	
África	<i>University of the Witwatersrand</i>	Não	
África	<i>University of Cape Town</i>	Sim - http://www.digitalservices.lib.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/346/20160808-uct-rdm-policy-draft-v4.pdf	Sim
África	<i>Cairo University</i>	Não	
África	<i>Stellenbosch University</i>	Não	
África	<i>University of Johannesburg</i>	Não	
Brasil	Universidade de São Paulo	Não	
Brasil	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Não	
Brasil	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Não	
Brasil	Universidade Federal de Minas Gerais	Não	
Brasil	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Não	

Fonte: Elaborado pelos autores.

As cinco universidades norte-americanas analisadas oferecem o serviço de gestão de dados de pesquisa; porém, não possuem uma política. Nos *sites* das bibliotecas dessas universidades não se constatou nenhuma indicação de que esse documento venha a ser desenvolvido ou esteja em desenvolvimento atualmente. Por outro lado, para apoiar a realização da gestão de dados de pesquisa, utilizam-se de outros documentos e/ou diretrizes institucionais que orientam a pesquisa científica, tais como políticas diversas relacionadas à proteção da propriedade intelectual (*Harvard University*), manuais de política de pesquisa (*Stanford University*), disponibilização de informações sobre confidencialidade de dados e propriedade intelectual (MIT), apresentação de informações sobre licenciamento de dados que remete à política de acesso aberto (*University of California, Berkeley*) e disponibilização de informações internas e externas à universidade sobre ética e confidencialidade, propriedade intelectual e direitos autorais (*Princeton University*).

Na Europa, quatro universidades (*University of Cambridge, University of Oxford, University College London e Imperial College London*) apresentam políticas de gestão de dados de pesquisa, duas mencionam os direitos autorais (*University of Cambridge e Imperial*

College London) e uma não possui política (*Swiss Federal Institute of Technology Zurich*). Verifica-se na política da *University of Cambridge* que a menção ao *copyright* recai sobre a origem dos dados de pesquisa, os quais podem ser provenientes, dentre outras fontes de informação, daquelas cujo *copyright* é de propriedade externa. A política do *Imperial College London* aborda o *copyright* em duas seções. Na que se refere às funções e responsabilidades do pesquisador, há uma orientação para não compartilhar dados que infrinjam o *copyright* e que, quando utilizados dados de terceiros, as condições de acesso sejam buscadas e seguidas e que as fontes sejam identificadas quando necessário. A outra seção em que o *copyright* é abordado refere-se à responsabilidade da biblioteca em oferecer treinamento e aconselhamento em todos os aspectos da gestão de dados de pesquisa, inclusive o *copyright*. A *University of Oxford*⁹ e a *University College London*¹⁰ não citam os direitos autorais em suas respectivas políticas, porém apresentam informações sobre esses direitos em seus respectivos *sites* institucionais do serviço de gestão de dados de pesquisa. O *Swiss Federal Institute of Technology Zurich* ainda não possui uma política de gestão de dados e, para apoiar esse serviço, adota as diretrizes institucionais *Guidelines for Research Integrity* (artigos 11 e 12)¹¹ e *Compliance Guide*¹².

Na Ásia, identificou-se a existência da política de gestão de dados de pesquisa apenas em uma universidade (*National University of Singapore*), mas a página não se encontra mais acessível. Nas demais universidades (*Kyoto University*, *Tsinghua University*, *Peking University* e *Nagoya University*) não se verificou a existência desse documento, pois não oferecem o serviço de gestão de dados de pesquisa. Também não foram localizadas informações sobre o desenvolvimento ou futura implementação desse serviço.

Na Oceania foram identificadas quatro universidades (*The University of Melbourne*, *The University of Queensland*, *Monash University* e *University of Sydney*) que possuem uma política, sendo que três delas (*The University of Melbourne*, *Monash University* e *University of Sydney*) mencionam o *copyright*. A *The University of Melbourne* menciona o *copyright* como legislação relacionada à proteção dos dados (*Copyright Act 1968 (Cwlth)*) e também na seção 2.3, a qual menciona que o pesquisador deve planejar as responsabilidades de guarda dos dados, incluindo informações sobre acesso, seu potencial reúso e depósito em bases de dados de acesso aberto que estejam de acordo com os termos legais, éticos e de

9 <http://www.data-archive.ac.uk/create-manage/copyright>

10 <http://www.ucl.ac.uk/library/research-support/research-data/best-practices/guides/sharing>

11 <https://doi.org/10.3929/ethz-b-000179298>

12 <https://rechtssammlung.sp.ethz.ch/Dokumente/133en.pdf>

confidencialidade dos dados, dentre eles o *copyright*. A *Monash University*, por sua vez, cita o *copyright* ao se referir à responsabilidade pela implementação da política de gestão de dados de pesquisa na pessoa do *Copyright Adviser* e nas legislações com as quais está em conformidade, que são, dentre outras, o *Copyright Act* de 1987 da Malásia (*Act 332*) e o *Copyright Act* da África do Sul de 1978 (*Act 98*, incluídas as alterações posteriores). Tal como as anteriores, a *University of Sydney* também aborda o *copyright* como legislação relacionada à política (*Copyright Act 1968 (Cth)*). Apesar de possuir política, a *The University of Queensland* não se refere ao *copyright*, sendo que ele é mencionado em outros documentos nacionais relativos à pesquisa científica, como o *Australian Code for the Responsible Conduct of Research*¹³. No caso da *The University of Western Australia*, embora sua política não mencione o *copyright*, essa universidade disponibiliza informações sobre o assunto em seu *site*¹⁴ institucional.

Na África, uma universidade (*University of Cape Town*) apresenta política, e esta menciona o *copyright* nas definições dos termos *Creative Commons* e *Open Access*. A *Stellenbosch University*, embora possua política, não menciona o *copyright*, sendo que ele tampouco é mencionado em sua política de pesquisa¹⁵. Pelo fato de não oferecerem o serviço de gestão de dados de pesquisa, as demais universidades (*University of the Witwatersrand*, *Cairo University* e *University of Johannesburg*), não possuem política.

No Brasil, nenhuma das cinco universidades analisadas possui política de gestão de dados de pesquisa. Embora a FAPESP solicite o plano de gestão de dados para determinadas chamadas e modalidades, observou-se que a Universidade de São Paulo apresenta, no *site*¹⁶ do Sistema Integrado de Bibliotecas, uma seção onde disponibiliza informações e iniciativas sobre gestão de dados de pesquisa, mas ainda não oferece esse serviço. A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, apesar de também ser uma universidade paulista, não apresenta nenhuma informação sobre gestão de dados de pesquisa no *site*¹⁷ da Coordenadoria Geral de Bibliotecas. As demais universidades brasileiras também não oferecem o serviço e, conseqüentemente, não possuem política.

Verifica-se, portanto, que a Europa, a Oceania e a África são os continentes que possuem políticas de gestão de dados de pesquisa que mencionam o *copyright*, ressaltando-se que na Ásia uma página onde se encontra uma política não está mais acessível. No entanto, a

13 http://www.nhmrc.gov.au/_files_nhmrc/publications/attachments/r39.pdf

14 <http://www.library.uwa.edu.au/research>

15 <http://www.sun.ac.za/english/policy/Documents/Research%20policy.pdf>

16 <http://www.sibi.usp.br/apoio-pesquisador/>

17 <http://unesp.br/portal#!/cgb>

análise demonstrou que em poucas situações a menção ao *copyright* refere-se à proteção dos dados de pesquisa e define a responsabilidade dos envolvidos com sua gestão. Essa situação ocorre, inclusive, nas instituições que adotam diretrizes e normas institucionais voltadas para a pesquisa científica, que podem ter sido adaptadas ou não para incluir uma seção sobre a gestão de dados de pesquisa.

No Brasil, as instituições analisadas ainda não implementaram esse serviço e, apesar de apenas em um caso serem disponibilizadas informações e iniciativas isoladas, isso não garante a consolidação do serviço por si só, o que pode ser conseguido com uma iniciativa sistêmica cujas práticas sejam consolidadas em uma política. Isso também se deve ao fato de a gestão de dados de pesquisa ser uma tendência recente em bibliotecas universitárias, e pelo fato de a FAPESP exigir o plano de dados somente para algumas chamadas e modalidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de ser uma demanda recente na área científica, a gestão de dados de pesquisa ainda não está consolidada igualmente em nível mundial. Das trinta universidades analisadas, verificou-se que dez possuem política de gestão de dados de pesquisa. Destas, seis mencionam os direitos autorais na política de formas distintas, seja em relação às questões legais e éticas necessárias para a divulgação dos dados, seja em relação à legislação pertinente à sua proteção.

No caso do Brasil, uma universidade mencionou a gestão de dados de pesquisa e iniciativas voltadas para o tema, mas suas bibliotecas ainda não oferecem o serviço relacionado. As demais universidades brasileiras não apresentam informações e também não oferecem esse serviço. Essa situação demonstra a necessidade de as instituições de ensino superior brasileiras implementarem iniciativas de gestão de dados de pesquisa, sendo que uma das possibilidades pode ser a oferta desse serviço pela biblioteca universitária, visto que ela possui o conhecimento necessário para trabalhar com os dados em todas as etapas de seu ciclo de vida. Além disso, estarão em consonância com o “Manifesto de Acesso Aberto aos Dados da Pesquisa Brasileira da Ciência Cidadã” (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2016), que também prevê o apoio da biblioteca para a execução do serviço supracitado.

Embora a amostra esteja limitada às cinco primeiras universidades classificadas pelo AWRU, considera-se que a metodologia adotada permitiu alcançar o objetivo do estudo, qual seja, analisar a abordagem do *copyright* nas políticas de gestão de dados de pesquisa. Por

outro lado, a quantidade de universidades analisadas permitiu identificar o estado atual da questão em nível mundial e verificar o contexto brasileiro relacionado à gestão de dados de pesquisa.

Verifica-se, assim, que as TICs oferecem às bibliotecas universitárias a oportunidade de desenvolver o serviço de gestão de dados de pesquisa para suas comunidades, agregando valor às atividades científicas realizadas e possibilitando sua difusão em diferentes ambientes digitais, como os repositórios de dados, além de considerar os aspectos relacionados com a formatação de dados, utilizando padrões e tecnologias da *web* semântica. A combinação desses aspectos contribuirá para o aumento da visibilidade e otimização da pesquisa realizada na instituição à qual a biblioteca está vinculada.

Copyright in international research data management policies

ABSTRACT

New services are being created in libraries to meet new demands. Among them, we highlight the research data management service, which involves the collection, organization, treatment and availability of research data. Regarding availability, libraries should consider the possible uses of data. In this sense, libraries must consider policies of use of the data that include, among other elements, copyright. Thus, a sample has been collected among international libraries that offer the service of research data management belonging to the first five institutions per continent in a university ranking, and it was verified whether or not there is a policy of this service available to the public and whether or not it addresses copyright issues. The results show that copyright was addressed in research data management policies of universities in Africa, Europe and Oceania, while no universities in the United States mentioned it, and a single university in Brazil presents information on this issue.

Keywords: *Copyright. Research data. Management policies.*

REFERÊNCIAS

ADAMS BECKER, S. et al. **NMC Horizon Report: 2017 library edition**. Austin: The New Media Consortium, 2017. Disponível em: <<http://cdn.nmc.org/media/2017-nmc-horizon-report-library-EN.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CHABOT, L. et al. 2016 top trends in academic libraries: a review of the trends and issues affecting academic libraries in higher education. **College and Research Libraries News**, Chicago, v. 77, n. 6, 2016. Disponível em: <<http://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/9505/10798>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

COX, A. M.; VERBAAN, E. How Academic librarians, IT staff, and research administrators perceive and relate to research. **Library & Information Science Research**, Norwood, v. 38,

n. 4, p. 319-326, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.lisr.2016.11.005>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

DILLEN, W.; NEYT, V. Digital scholarly editing within the boundaries of copyright restrictions. **Digital Scholarship in The Humanities**, Oxford, v. 31, n. 4, p. 785-796, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/llc/fqw011>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: [s.n.], [201-?]. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/gestaodedados/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto de acesso aberto a dados de pesquisa brasileira para ciência cidadã**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2016/ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada/#_ftn1>. Acesso em: 4 nov. 2017.

KOLTAY, T. Research 2.0 and research data services in academic and research libraries: priority issues. **Library Management**, Bradford, v. 38, n. 6/7, p. 345-353, 2017. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/LM-11-2016-0082>>. Acesso em: 29 out. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD principles and guidelines for access to research data from public funding**. OECD: [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/science/sci-tech/38500813.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

PATEL, D. Research data management: a conceptual framework. **Library Review**, Bingley, v. 65, n. 4-5, p. 226-241, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/LR-01-2016-0001>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SAYÃO, L. F. SALES, L. F. **Guia de gestão de dados de pesquisa para bibliotecários e pesquisadores**. Rio de Janeiro: CNEN, 2015. Disponível em: <http://carpedien.ien.gov.br/bitstream/ien/1624/1/GUIA_DE_DADOS_DE_PESQUISA.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.